

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.772 - MA (2019/0003620-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **VIACAO SAO BENTO LTDA**  
**ADVOGADOS** : **RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ E OUTRO(S) - MA007872**  
                  **GILMAR GINO FERREIRA GONCALVES - SP141600**  
                  **JOAO GUILHERME DE JESUS FERNANDES - MA017764**  
**AGRAVADO** : **ILHA TURISMO E TRANSPORTES LTDA**  
**ADVOGADOS** : **ANTONIA CRISTINA DOS SANTOS OLEGARIO E OUTRO(S) -**  
                  **MA010415**  
                  **NOELIA CELY ALVES FERREIRA - MA011286**

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interposto por **VIAÇÃO SÃO BENTO LTDA.**, contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado com fulcro no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, assim ementado (fls. 397-398):

CIVIL. CONSUMIDOR. APELAÇÃO. CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO FINANCIADO. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO SEM A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ATRASO NA TRANSFERÊNCIA DO BEM. CONDUTA DESIDIOSA DA VENDEDORA. LUCROS CESSANTES. AUSÊNCIA DE PROVA. DANO MORAL. QUANTUM MANTIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA

1. A recalcitrância injustificada da vendedora, de honrar com a obrigação assumida contratualmente, de entrega da documentação do veículo adquirido pelo demandante, pelo longo período de 01 (um) ano e 07 (sete) meses, impedindo-o ao exercício pleno de propriedade sobre o bem, já quitado, constitui, sem dúvida, fator gerador de dano moral indenizável.

2. Para que haja real desestímulo por parte da demandada e para que não ocorram novamente tais erros, levando-se em conta critérios de proporcionalidade e razoabilidade, entendo que o valor fixado na sentença de base é suficiente para mitigar o sofrimento por que passou o autor, diante de todo esse contexto, percebendo que a indenização fixada pelo juízo de base alcançou cifra suficiente para reparar o sofrimento a que foi desnecessariamente submetido, mantenho o montante de condenação para atender critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

3. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 407-425), além de divergência jurisprudencial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 186, 187, 927 e 944, do Código Civil.

Em apertada síntese, sustenta a inexistência de qualquer ato ilícito que se possa atribuir à Recorrente, haja vista que a não transferência do veículo se deu por circunstâncias alheias a sua vontade, em virtude de questões relacionadas à Instituição

Financeira responsável pelo gravame, bem como que a Recorrida não comprovou qualquer prejuízo, transtorno ou repercussão negativa para si em virtude da não transferência do veículo, sendo descabida a presunção da ocorrência de danos morais em virtude do atraso, que constitui mero aborrecimento.

Subsidiariamente, requer a redução do valor da indenização, aduzindo que, ainda que tenha havido atraso na transferência da documentação, restou demonstrado nos autos que a Recorrida detinha posse do veículo e o utilizava normalmente, sem qualquer óbice, não sendo razoável a condenação da Recorrente ao pagamento de indenização por danos morais, em especial no montante exorbitante em que foram arbitrados.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 453-469.

É o relatório.

DECIDO.

2. Ao analisar a controvérsia, à vista dos elementos fático-probatórios constantes nos autos, a Corte de origem assentou (fls. 401-404):

Compulsando os autos, vejo que, de fato, restou demonstrada a impossibilidade da empresa adquirente em realizar o imediato uso do ônibus, ante a falta de regularização no documento de licenciamento do mesmo, a permitir o normal tráfego com transporte de passageiros, situação que perdurou até o dia 14/07/2016, data da realização de audiência de instrução e julgamento, conforme descrito na Ata de fl. 230.

Como se vê do pacto entabulado entre as partes, a apelante deveria ter realizado a baixa no gravame do veículo até a data de 15/02/2015, como se vê no segundo aditivo ao contrato, firmado no dia 15/01/2015 (fls. 24), que concedeu prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento dessa operação, o que de fato não ocorreu.

E mais, o Boletim de Ocorrência n.º 7082/2015 (fls. 126) demonstra que o documento que permite a transferência do veículo (DUT) foi extraviado (perdido), enquanto estava na guarda do representante da empresa ré (Viação São Bento), fato que por si só impede a troca de titularidade na propriedade do Ônibus.

Dito isto, não há como se acolher a tese de apelante de que não houve danos oriundas no atraso e impossibilidade de regularização do veículo, eis que ônibus foi adquirido por empresa, com objetivo de locação para transporte de pessoas.

No mais, a omissão na liberação do documento para o nome do autor da presente ação, mesmo após 01 (um) ano e 07 (sete) meses da assinatura do contrato com o recebimento do preço, causou danos morais à empresa apelada, eis que a mesma viu-se impedida de exercer suas atividades profissionais.

[...]

Relativamente aos DANOS MORAIS, tenho que em decorrência do descaso por parte da empresa apelante, que levou mais de 01 (um) ano sem adimplir a obrigação de entregar o documento necessário à transferência do veículo, caracterizado está o dano moral.

A recusa na entrega do documento gerou um abalo na imagem da empresa autora, exsurgindo daí o dever de indenizar, restando plenamente demonstrado que a requerida gerou um dano ao autor,

agindo culposamente, existindo nexo de causalidade entre a conduta lesiva e o dano moral causado.

E isso porque, nos termos entabulados, constitui obrigação do vendedor entregar a documentação de porte obrigatório do veículo para circulação em via pública ao comprador e o DUT devidamente preenchido, conforme delineado em sentença de origem ) Não se pode olvidar que, pelas circunstâncias fáticas do feito, que o apelado (Ilha Turismo), a considerar o longo período em que permaneceu sem a possibilidade de transferência de titularidade do veículo experimentara mais do que mero dissabor, mas transtornos maiores ante a impossibilidade de livre dispor do bem adquirido a mais de 01 (um) ano e 07 (sete) meses à época da deflagração da ação, com ofensa a sua dignidade e honra.

[...]

Presentes, pois; os requisitos para a responsabilização civil da apelante ao pagamento de danos morais, passa-se a quantificação do mesmo.

O critério para se estabelecer os danos é, à falta de dispositivo expresso, o prudente arbítrio judicial, extraíndo-se dos autos a boa condição da parte autora, o bem jurídico lesado e o grau de culpa.

Por outro lado, a apelante também possui boa situação financeira. E, como é cediço, não se deve fixar indenização que acarrete enriquecimento sem causa, mas que proporcione, na medida do possível, uma sensação agradável de resposta em contrapartida ao sofrimento pelo qual o ofendido foi obrigado a se submeter, servindo de desestímulo à repetição de atos por parte dos causadores do evento danoso.

Para que haja real desestímulo por parte da demandada e para que não ocorram novamente tais erros, levando-se em conta critérios de proporcionalidade e razoabilidade, entendo que o valor correspondente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) é suficiente para mitigar o sofrimento por que passou a empresa autora, diante de todo esse contexto, pelo que mantenho a sentença de base.

A convicção a que chegou o acórdão acerca da ocorrência de danos morais decorrentes da recusa na entrega do documento necessário para a transferência do veículo decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

3. Quanto ao valor do dano moral indenizável, nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, a revisão de indenização por danos morais só é possível em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Se o valor arbitrado não destoia da jurisprudência desta Corte, inviável a sua alteração, porque, para tanto, também seria necessário o revolvimento do conteúdo fático probatório dos autos, o que não se coaduna com a via do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. Destarte, fica mantido o valor da indenização fixado pelo Tribunal de origem, no importe de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

4. Da mesma forma, inviável o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois a análise do dissenso pretoriano depende do revolvimento de matéria fático-probatória.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator

